

3

A Evolução do Fluxo e do Desempenho Escolar em Perspectiva Comparativa.

Passemos neste penúltimo capítulo à exposição e análise dos dados quantitativos, especificamente os índices da proficiência em Matemática e Língua Portuguesa dos (as) alunos (as) da 3ª. série do ensino médio regular da rede estadual no período 1995-2003 e também as taxas de rendimento do ensino médio das escolas públicas estaduais como um todo entre 1996-2004.

A coleta e análise dos dados de desempenho e fluxo foram idealizadas com o objetivo de compor com o trabalho de análise documental um conjunto panorâmico de observação e servir de ferramenta de estudo e interpretação do Programa Nova Escola.

O acompanhamento das proficiências e do fluxo entre os estudantes através de políticas públicas especialmente voltadas para a conquista da equidade e da qualidade em educação tem se projetado significativamente nos últimos anos, ganhando um fôlego ainda maior através das políticas de avaliação das redes de ensino, sobretudo a partir dos anos 90.⁴³

No Brasil, o alargamento desta perspectiva se deve em grande parte ao fomento das próprias agências governamentais dedicadas ao acompanhamento da evolução do ensino nas escolas brasileiras.

E é a partir de meados dos anos 80 que se inicia o processo de institucionalização das políticas de avaliação que gradativamente foram sistematizadas a partir de 1990.⁴⁴

As experiências de avaliação institucionalizadas a nível nacional no Brasil são conduzidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – O SAEB, que é gerido pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/Anísio Teixeira – O INEP.

Foi a partir de 1995 que o Saeb passou a testar continuamente os (as) alunos (as) de escolas públicas e privadas da 4ª. e 8ª. série do ensino fundamental e da 3ª. série do ensino médio.

⁴³ (CRESO & BONAMINO: 2001, pp 15).

⁴⁴ Idem pp 16

Além de coletar e organizar dados sobre a proficiência, o Saeb também aplica questionários contextuais dirigidos às escolas, aos (as) professores (as), diretores (as) e alunos (as), esta pesquisa não se utilizou deste material.⁴⁵

O Inep também coordena o trabalho de coleta e organização dos dados de rendimento escolar no Brasil, eles constituem a base de dados do Censo Escolar – O Edudatabrasil, disponível na página eletrônica do próprio Inep.⁴⁶

Tanto os índices de proficiência como as taxas de fluxo são importantes ferramentas não só para o avanço das políticas de avaliação em todo Brasil, mas também para dar subsídios aos trabalhos de pesquisa que buscam também compreender melhor as variáveis direta e indiretamente ligadas ao desempenho escolar das crianças, jovens e adultos em suas redes de ensino.

Algumas decisões importantes nortearam a condução da pesquisa ao longo do trabalho de pesquisa encaminhado durante o ano passado e por isso eu gostaria de aqui rapidamente comentá-las.

3.1 Do Cotidiano da Pesquisa Quantitativa

O Nova Escola é no Brasil o único programa de incentivo a nível estadual que lança mão das taxas de fluxo conjuntamente com os índices de proficiência para conduzir um processo de responsabilização dos profissionais em educação, com isso tornou-se ainda mais importante que estes dados fossem somados ao conjunto observado por esta pesquisa.

Em relação aos dados do fluxo é importante ressaltar que as taxas aqui observadas referem-se à aprovação, reprovação e o abandono. Estas taxas instrumentalizam o controle e a observação dos resultados escolares entre os (as) alunos (as) num determinado ano, diferentemente dos conceitos de promoção, repetência e evasão, que se referem à posição ocupada pelos (as) alunos (as) em relação ao ano anterior.

Durante o planejamento do trabalho de pesquisa avaliou-se a possibilidade de ser observar os dados de proficiência a partir da própria base de dados do Nova

⁴⁵ Idem

⁴⁶ www.edudatabrasil.inep.gov.br

Escola, porém esta via se apresentou inapropriada devido o programa somente adotar o padrão da escala Saeb em 2003.

Com isso ficaria praticamente inviável estabelecer qualquer comparação produtiva com os dados apresentados pelo Saeb para o Brasil, outros estados, a região sudeste e o próprio estado do Rio de Janeiro em relação aos anos anteriores.

O ano de 2000 foi considerado também como um marco balizador nas análises dos gráficos e das tabelas por se tratar do marco inicial do programa.

Todos os dados foram operados com o auxílio de softwares voltados para o armazenamento, gerenciamento e quantificação de bases de dados numéricos. Nesta pesquisa foram utilizados os micro-dados da base Saeb para os anos de 1995, 1999, 2000 e 2003.

A proficiência foi recalculada para cada disciplina e ano em relação ao Brasil, a região sudeste e os seus respectivos estados originando os quadros de comparação.

Para as taxas de rendimento diferentemente dos dados de proficiência, houve apenas a coleta dos valores percentuais referentes a cada indicador feita diretamente na página eletrônica do Inep e a elaboração dos mesmos quadros na forma em que estão aqui também apresentados os dados de proficiência.

Com a apropriação das taxas de abandono e reprovação foi possível criar outro quadro de análise, o da Não-Aprovação que corresponde ao somatório de ambas.

Uma das dificuldades encontradas nesta etapa do trabalho adveio do fato de o Programa Nova Escola ser dirigido exclusivamente às escolas submetidas à secretaria estadual de educação, entretanto, nas avaliações do Saeb estão presentes também às chamadas Escolas Técnicas Estaduais e outras Especiais.

No Rio de Janeiro as escolas técnicas estaduais estão submetidas à secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, pertencendo à chamada rede FAETEC, em São Paulo a rede equivalente, subordinada a secretaria estadual de educação recebe a denominação de 'ETE' – Escola Técnica Estadual.

Nos estados de MG e ES a presença de escolas técnicas nas avaliações do Saeb é relativamente menor, neste último o ensino profissional pode ser encaminhado em três modalidades: pelas escolas estaduais, pelo CEET – Centro Estadual de Educação Técnica, também subordinado a secretaria estadual de

educação – SEDU, ou ainda por convênios com escolas privadas e federais. Em maio de 2006 no ES havia apenas 18 escolas na primeira modalidade e apenas 2 CEET em funcionamento, um deles construído a partir do ‘antigo Instituto de Educação’.⁴⁷

No Caso do ES a incidência de escolas técnicas e/ou especiais junto a amostra Saeb é ainda mais rara que a verificada para MG. Além disso, a leve distinção entre tais tipos de escola por parte da SEDU, dificulta a identificação destas escolas que inclusive podem aparece no Cadastro Geral de Escolas do Censo Escolar/Inep, como escolas de Ensino Médio Regular.⁴⁸

Por outro lado, em alguns estados do país e especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, existem escolas estaduais de ensino médio que contam com condições muito superiores ao da maior parte da rede estadual desses estados. Trata-se de escolas técnicas que oferecem o ensino médio regular, paralelamente a opções profissionais, oferecidas em horários adicionais.

No ENEM, o desempenho médio dessas escolas é muito superior às escolas convencionais da rede estadual. Por exemplo, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, enquanto as escolas estaduais convencionais têm, tipicamente, médias pouco acima de três no ENEM, as escolas técnicas têm médias próximas de cinco.

O plano amostral do SAEB não estratifica a amostra por esta importante variável (técnica x convencional), razão pela qual a média estadual pode ser afetada de modo não desprezível conforme o processo aleatório de seleção da amostra selecione número maior ou menor de escolas técnicas em diferentes anos. Por esta razão, optei por apresentar análises nas quais suprimo as escolas técnicas e especiais.

Ainda sobre a proficiência outra questão contribuiu para a limitação do período observado pela pesquisa. Não foi possível observar em tempo a base de dados referente aos resultados da avaliação nacional do Saeb para o ano de 2005, conforme fora feito para os anos até 2003.

⁴⁷ “SEDU abre mais 2.800 vagas de cursos técnicos” In: <http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiaId=99657420>

⁴⁸ Este é o Caso do IEE Prof. Agenor Roris em Vila Velha, notificado no Cadastro Geral do Censo Escolar/INEP apenas como escola de ensino médio, embora sendo um Instituto que disponha de formação técnica.

Os 'Primeiros Resultados' da consulta Saeb só ficaram disponíveis em fins de janeiro do ano corrente e mesmo assim parcialmente. Portanto a análise dos dados de proficiência se concentra até o ano de 2003.

Algo análogo ocorreu com as taxas de rendimento, já que o Censo Escolar/Inep ainda não tinha disponibilizado também até a mesma época as taxas de aprovação, reprovação e abandono, referentes a 2005. Neste caso concentrei-me na análise das taxas até o ano de 2004.

3.2 Estudando a Proficiência

Esta etapa do trabalho foi planejada e conduzida com o intuito de responder a seguinte indagação: Existiria algum efeito do programa de responsabilização no Rio de Janeiro que pudesse ser observado através da evolução dos dados de proficiência em matemática e LP medidos pelo Saeb? Supondo então haver algum efeito, qual seria a sua dimensão?

A rede de ensino estadual do Rio de Janeiro é uma das maiores do país, em 2003 quando o programa atingiu praticamente a totalidade das escolas estaduais, o número de estabelecimentos chegava de 1850 escolas, em 2005 a rede passou a ter aproximadamente 1673 unidades escolares em todo o estado, das quais 710 dedicadas ao ensino médio e fundamental.⁴⁹

Diante deste quadro foi que optei, a princípio, pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. Como o Rio de Janeiro estes estados tem uma ampla rede de escolas estaduais e apesar de não aplicarem políticas de responsabilização por resultados contam com sólidos programas de avaliação, o SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e o SIMAVE – Sistema de Avaliação da Educação Pública, respectivamente.⁵⁰

O Espírito Santo, apesar de não ter um programa de avaliação estruturado como os outros, tem um desempenho que se aproxima, em muitos pontos, do observado para o Rio, além do que a sua inclusão completou o leque de estados da região sudeste, também observada através da média dos estados.

⁴⁹ (Mendonça: 2006 pp. 18)

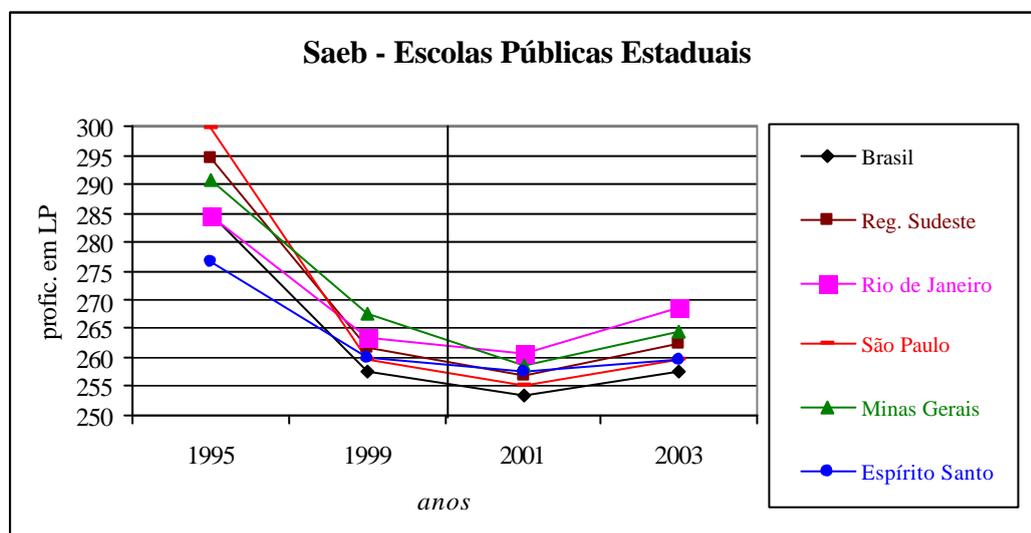
⁵⁰ Segundo o professor Nigel Brooke SP também contou com uma breve experiência de gratificações, o que poderia tornar frágil a comparação com o RJ estabelecida neste trabalho, contudo ele mesmo alerta para pequena expressividade de tal perspectiva de responsabilização, sobretudo do ponto de vista político entre os atores envolvidos.

Outros estados também foram incluídos nos quadros iniciais, mas por questões de contingência do próprio avanço da pesquisa foram gradativamente afastados no encaminhar das etapas de análises.

O primeiro passo foi observar o desempenho da rede estadual do estado do RJ e dos outros já mencionados entre 1995 e 2003, depois a observação do mesmo período excluindo-se as escolas técnicas e especiais que foram localizadas nas amostras.

Tanto para Leitura quanto para Matemática verificou-se no entorno de 2000 o refrear da longa queda na proficiência iniciada em 1995, sobretudo em LP onde o declínio foi mais intenso.⁵¹

Gráfico 2



Fonte: Saeb/Inep

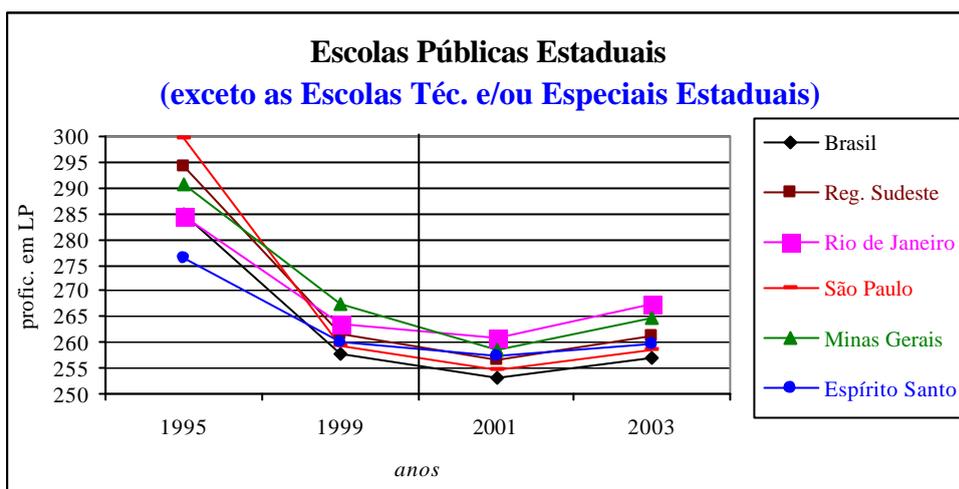
Em 1995 o RJ tinha o segundo pior desempenho do modelo, a recuperação verificada ao redor do marco inicial do programa Nova Escola é visível para todos os estados, mas é justamente mais expressiva para o RJ, revertendo-se inclusive o quadro inicial o RJ destaca-se em 2003 com o melhor resultado do quadro.

Retirando da amostra as escolas técnicas e especiais o desempenho das escolas estaduais regulares é similar.⁵²

⁵¹ Para ver as tabelas gerais com as médias de proficiência em Leitura e em Matemática (1995 a 2003), vide os anexos.

⁵² Em 1999 foi localizada e subtraída da amostra Saeb uma (01) escola técnica para estado de SP. Em 2001, uma (01) esc. téc em MG e outra em SP. Em 2003, para o RJ foi localizada subtraída da amostra uma (01) esc. tec e para SP, uma (01) outra.

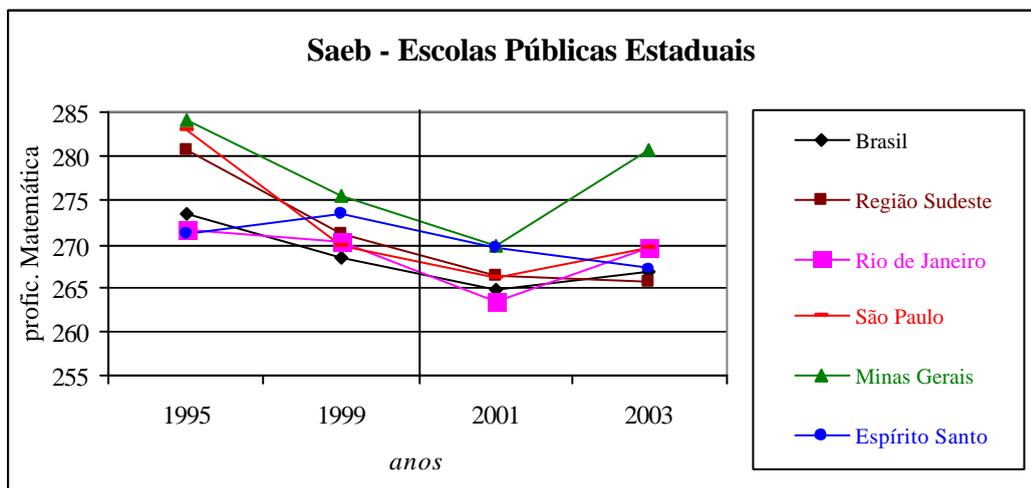
Gráfico 3



Fonte: Saeb/Inep

Os gráficos que seguem apresentam análises análogas, desta vez baseadas nos resultados de Matemática. Observe-se que, em Matemática, o desempenho do Rio de Janeiro em 1995 e 1997 também era inferior ao da maioria dos estados do grupo de comparação, tendo havido progresso relativo nas avaliações posteriores à implantação do Programa Nova Escola, como ilustrado no gráfico abaixo.

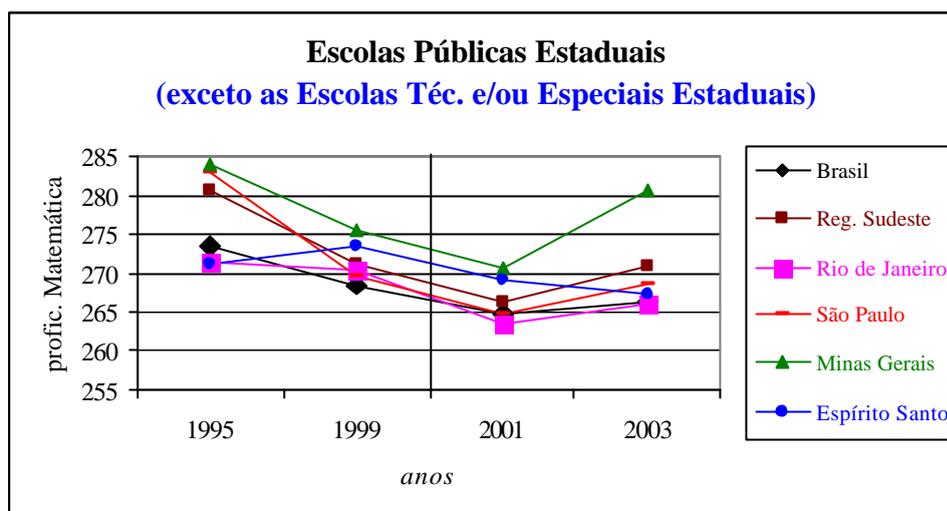
Gráfico 4



Fonte: Saeb/Inep

Esta recuperação se dá efetivamente após 2001, contudo, esta interpretação se altera quando se retiram as escolas técnicas e especiais, como mostrado no gráfico abaixo.

Gráfico 5



Fonte: Saeb/Inep

Neste gráfico o desempenho positivo observado anteriormente em 2003 é reduzido, ficando a média para o RJ inclusive abaixo da verificada para o ES e para o Brasil, podendo-se supor então que, no primeiro gráfico, o efeito observado fosse resultante do peso amostral da escola técnica localizada na base de dados.

Na segunda comparação, ao contrário do que ocorreu em LP, a média obtida pelo estado em 2003 continua menor que a de SP, a do Brasil e a da região sudeste, tal qual em 1995. Porém há evidência, ao menos quando se considera o período 1995 a 2003, de que a queda no estado do Rio de Janeiro tenha sido menor do que nos estados e na região de comparação, conforme podemos visualizar na tabela abaixo.

Tabela 9

Varição do Desempenho Médio das Diversas Unidades de Análise para Diferentes Períodos de Tempo

Unidades de Análise	Proficiência em Matemática							
	Variação do Desempenho Médio							
	1995 - 2003		1995 - 2001		1999 - 2001		1999 - 2003	
	c/ Esc.Tec e Esp.	s/ Esc.Tec e Esp.	<i>idem</i>	<i>idem</i>				
Brasil	-6,7	-7,2	-8,8	-9,1	-3,9	-4,2	-1,8	-2,3
Sudeste	-8,9	-9,8	-14,6	-14,3	-5	-4,7	-5,5	-0,2
RJ	-1,9	-5,7	-8,2	-8,2	-7	-7	-0,7	-4,5
SP	-13,6	-14,3	-16,9	-18,3	-3,9	-5,1	-0,4	-1,1
MG	-3,2	-3,2	-14,1	-13,3	-5,6	-4,8	5,3	5,3
ES	-4,2	-4,2	-2	-2	-3,9	-3,9	-6,4	-6,4

Fonte: Saeb/Inep

53

Considerando as escolas estaduais como um todo o RJ tem a melhor trajetória entre 1995 e 2003, ao isolarem-se as escolas técnicas e especiais a proficiência cai passando o estado a ter o terceiro melhor desempenho no mesmo período.

Nos dois períodos seguintes (1999 – 2001) e (1999 – 2001), não foram localizadas escolas técnicas ou especiais no conjunto da amostra referente ao RJ, o que contribuiu para manter estáveis os resultados de proficiência do estado entre um quadro e outro.

Nestes dois períodos a estabilidade verificada para no RJ (-8,2) e (-7) é contrastada com a queda de proficiência em matemática observável para a maioria dos estados, na região como um todo e para o país.

Este equilíbrio dos índices de proficiência do estado sugere algum impacto positivo da implementação do programa Nova Escola, contudo observado o último período (1999 – 2003), onde foram localizadas e suprimidas escolas técnicas e especiais para o RJ e SP é visível a desvantagem do primeiro em relação ao segundo.

De maneira geral o que se observa para as duas disciplinas é que os índices da proficiência tornam-se melhores a partir de 2001, sendo os resultados do RJ

⁵³ Os índices em azul sinalizam a incidência e retirada de escolas técnicas e/ou especiais na amostra.

efetivamente melhores no caso de Língua Portuguesa, e relativamente melhores para Matemática.

Em LP a desvantagem observada em 1995 é totalmente revertida em 2003 passando o estado a ter não só o melhor desempenho no período como também a melhor média entre os demais, o que se verificou nos dois quadros comparativos.

Em Matemática a desvantagem em 1995 é aparentemente reduzida no primeiro quadro, mas não se sustenta quando as escolas técnicas e estaduais são suprimidas, entretanto comparando-se o desempenho entre 1995 – 2001 e 1999 – 2001, em ambos os quadros, o estado apresentou um padrão de queda estável podendo ser resultante entre outros da implementação do programa de responsabilização.

3.3 Estudando o Fluxo

Durante o trabalho de coleta e organização dos dados de rendimento, dois procedimentos tomados em relação à proficiência não foram aqui encaminhados.

Primeiro em virtude dos dados de fluxo não serem acessados na forma de micro dados não foi possível construir também para o rendimento tabelas e gráficos em que pudessem ser subtraídos das amostras os efeitos estatísticos provenientes da presença das escolas técnicas e/ou especiais estaduais.

Tentar contornar esta limitação poderia contribuir para que se excedesse em muito o volume de trabalho previsto no planejamento de pesquisa, e por fim considerou-se que efetivamente tal limitação não se constituiria um prejuízo ao trabalho quantitativo e a pesquisa como um todo.

Segundo, menos por limitação e mais opção, as taxas de rendimento referem-se ao ensino médio de maneira geral, e não especificamente à 3ª. série como no caso dos índices de proficiência.

Por uma questão de padrão de escala decidi operar com a taxa total para o ensino médio, este procedimento colaborou que fossem evitados índices muito baixos ou muito altos que pudessem dificultar a comparação entre alguns estados e indicadores.⁵⁴

⁵⁴ (ALVES, F.; FRANCO, C. & ORTIGÃO, M. I.: 2005).

Para efeito de leitura e análise dos gráficos foi inserido um segundo marco que representa a retomada do programa (2003) após a interrupção no ano de 2002 quando as escolas não passaram por nenhuma avaliação.⁵⁵

Metodologicamente o estabelecimento destes marcos permitiu que a identificação e interpretação das variações observadas com maior clareza, a escolha deste caminho metodológico de análise se apóia nos estudos de BRYK (2003) e JACOB (2003), já mencionados no capítulo anterior.

Tanto para Bryk como para Jacob, o foco central de seus estudos era investigar o efeito do processo de responsabilização nas duas fases da reforma, comparando-as inclusive como vimos anteriormente. Para caso do programa Nova Escola o objetivo principal aqui foi a comparação do período sob responsabilização frente ao anterior, sem responsabilização.

Tal como ocorreu durante a Reforma de Chicago, as aferições do Censo Escolar para as taxas de rendimento acontecem ano a ano e, portanto temos um número maior de medidas num mesmo espaço de tempo, diferente do que acontece nas avaliações do Saeb nacional que avalia as escolas brasileiras apenas de 2 em 2 anos.

Para construção das análises levou-se em consideração a posição relativa do estado do RJ em 1996 e em 2004, frente os demais estados da região sudeste e o país como um todo, observando-se as médias expressas nas extremidades da série histórica do Censo, a exemplo do que foi feito anteriormente para a proficiência.

Procedi aqui também com a comparação das trajetórias entre os períodos – “Antes da Responsabilização” (1996 – 2000); e “Durante a Responsabilização”, (2000 – 2004).⁵⁶

Desta forma se tornou mais equilibrada a observação dos resultados escolares do estado do Rio de Janeiro, primeiro no que se diz respeito à sua **posição** relativa, e segundo, de forma mais detalhada da **trajetória** dos resultados, e por fim, da relação de ambas com o programa de responsabilização implementado a partir de 2000.

Assim como para a proficiência, as taxas de fluxo do estado do RJ se encontram inicialmente em desvantagem (1996), contudo de maneira geral os

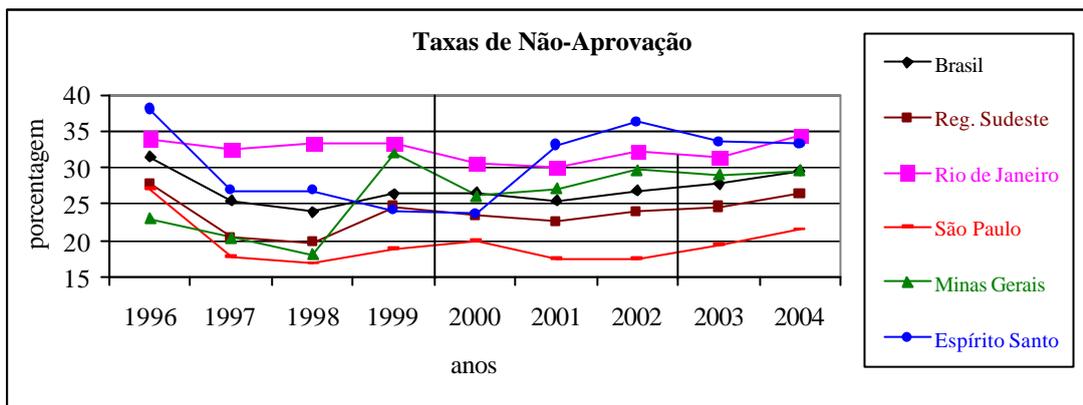
⁵⁵ Para examinar as tabelas gerais dos gráficos de fluxo, vide os anexos.

⁵⁶ Para examinar as tabelas referentes às trajetórias nos três indicadores vide os anexos.

resultados do estado não sofrem profundas alterações ao longo de todo o período, e isto tornou a perspectiva baseada apenas na observação da posição relativa no período total (1996-2004) insuficiente para que se conduzisse a análise com maior profundidade.

Feitos estes primeiros esclarecimentos passemos à observação da evolução das taxas de fluxo, começando pelas taxas de ‘Não-aprovação’ – indicador construído durante a pesquisa e que é o resultado do somatório das taxas de abandono e reprovação.

Gráfico 6



Fonte: Censo Escolar/Inep

Apesar do RJ apresentar os piores resultados nota-se também que o estado mantém um equilíbrio médio de suas taxas por praticamente todo o período.

Ao entorno do marco inicial, e também do segundo marco, verifica-se um pequeno efeito positivo sobre as taxas de rendimento, mas que não se sustenta nos anos posteriores. Já a posição relativa do RJ em 1996 é muito parecida com a observada no final do período (2004).

Considerando-se o período total, a tendência geral foi de queda dos índices de ‘não-aprovação’ para a maioria dos estados, para o país e o sudeste. MG apresentou o pior desempenho para este período (+6,5), seguido de longe pelo RJ (+0,5) que também obteve um desempenho desfavorável, embora pouco significativo do ponto de vista estatístico.

No período que antecedeu a instauração do programa, os resultados são positivos para quase todos os estados, com destaque para SP e ES que reduzem significativamente as suas taxas de ‘Não-reprovação’ (-7,0) e (-14,0),

respectivamente. Acompanhando a tendência geral o RJ reduz (-3,4) pontos percentuais e MG continua tendo o pior desempenho do quadro com (+3,0).

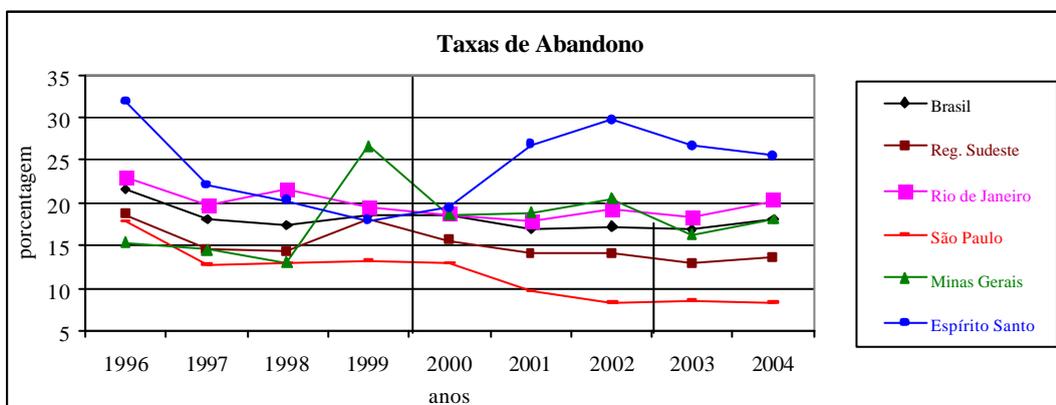
Já durante a responsabilização, o quadro se inverte para praticamente todos os estados, a única exceção e MG que mantém os patamares do período anterior (*antes da responsabilização*).

Por outro lado, o resultado também não é favorável para o RJ que, apesar de ser o único estado submetido a um programa de responsabilização, acaba obtendo um desempenho reverso àquele obtido entre 1996 e 2000 (+3,9).

Em razão do equilíbrio apresentado na trajetória dos resultados da ‘não-aprovação’ para os RJ, a observação dos gráficos referentes ao abandono e a reprovação, em separado, pode ajudar a isolar melhor a evidência, ou não, de algum efeito do programa sobre as taxas do estado.

Para as taxas de abandono as evidências acima sofrem algumas alterações e aprofundam o quadro desfavorável para o RJ. No gráfico abaixo também se observa um efeito positivo sobre as taxas ao redor do primeiro e do segundo marco. Aqui este efeito também não se sustentou nos anos posteriores.

Gráfico 7



Fonte: Censo Escolar/Inep

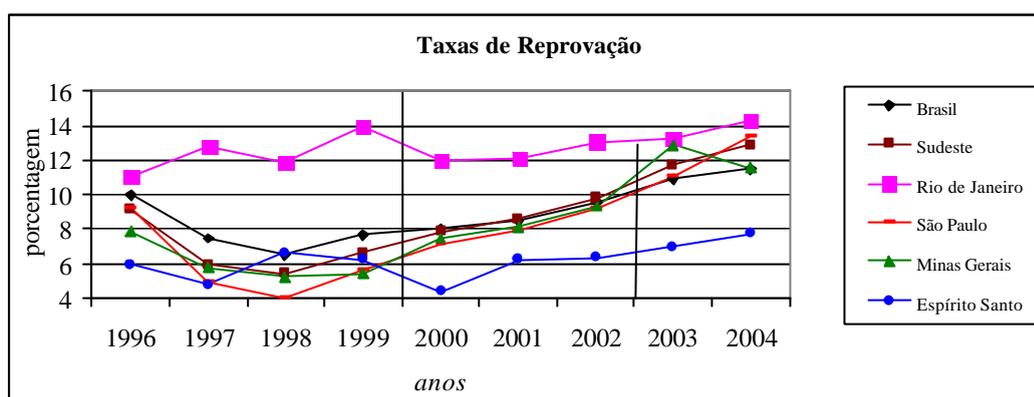
De maneira geral a tendência no gráfico de abandono foi de melhora para todos no período entre 1996-2004, permanecendo os índices do estado do RJ relativamente em desvantagem se comparado com o restante do modelo.

No período que antecedeu a implementação do programa Nova Escola a tendência também era de queda generalizada, com destaque para o país (-2,9), o sudeste (-3,0) e MG (-3,4), respectivamente, tendo o RJ (-4,3) o quarto melhor desempenho.

Novamente, a partir do início do programa de responsabilização o RJ torna a registrar desempenho desfavorável (+1,6), agora seguido apenas do estado de ES que tem o maior índice de abandono para o período (+6,2), os demais continuaram reduzindo as suas taxas de abandono de forma mais ou menos significativa.

Já em relação ao indicador de reprovação os resultados do RJ são mais favoráveis ao processo de responsabilização, vejamos:

Gráfico 8



Fonte: Censo Escolar/Inep

De maneira geral os resultados do estado continuam em visível desvantagem, tendendo a isolar-se até 1999, e ao contrário do que foi verificado nos indicadores anteriores, onde em muitos momentos a trajetória do RJ era acompanhada de perto ou até superada (para pior ou para melhor) pelos estados do ES e MG.

A posição relativa do estado em 1996 é bastante análoga a que se verifica em 2004, em suma, o quadro geral é de aumento dos índices da reprovação, permanecendo as taxas do RJ em desvantagem em relação ao grupo, embora seja visível que o estado tem a melhor trajetória a partir do ano de 2000.

Neste mesmo ano observa-se um grande hiato entre as taxas de reprovação do estado do RJ e as dos outros estados e do país entre 1998 e 1999, embora todos os resultados estejam expressando a mesma tendência, é muito significativa a desvantagem do RJ em relação aos demais.

Antes da implementação do programa Nova Escola somente o Estado do RJ apresentava, embora de forma pouco expressiva, um aumento de suas taxas de reprovação (+0,9). Contudo a partir do marco inicial do programa (2000) e nos

anos subsequentes, o que se observa é um aumento acentuado das taxas de reprovação para todos no quadro comparativo, sem exceção.

Se por um lado percebemos uma maior variabilidade dos resultados escolares para o RJ esta mesma variabilidade esta é muito mais aguda para os demais estados da região sudeste e para a média do país.

No período anterior a responsabilização o RJ tinha o pior desempenho e mesmo com uma trajetória ainda pior entre 2000 e 2004 (+2,3) pontos percentuais, o seu desempenho médio é o melhor do gráfico.

As evidências acima são significativas, pois podem sustentar a hipótese de que embora o programa de responsabilização não tenha potencializado uma melhora substancial das taxas de fluxo para o estado do RJ e uma reversão efetiva do quadro inicial, pelo menos foi capaz de tornar os resultados da reprovação no estado do Rio de Janeiro menos vulneráveis as oscilações negativas, evidentes para todo o grupo.

Mantendo-se a histórica desvantagem de suas médias os índices de reprovação do RJ são os que sofrem a menor elevação entre 2000 e 2004.

Para o indicador de 'não-aprovação' apesar de mantido o equilíbrio das médias para o estado por praticamente todo o período, o RJ tendeu a acompanhar a oscilação geral do país e da região sudeste, contraditoriamente positiva no período anterior a responsabilização e negativa em pleno processo de responsabilização.

Este desempenho ruim para 'não-aprovação' entre 2000 e 2004 é melhor explicado a partir das taxas de abandono, pois o estado que apesar de conseguir reduzir de forma não desprezível seus índices de abandono no período que antecedeu o programa, acabou revertendo o quadro positivo no período seguinte.

As evidências destes dois indicadores não são favoráveis, sobretudo se levarmos em conta que o RJ é o único submetido a um programa de responsabilização pelos resultados.

Para o indicador de reprovação os resultados escolares do RJ são melhores, ou dependendo do ponto de vista menos ruins, nele, considerando-se o período total as taxas sobem numa medida proporcional à maioria dos outros estados, no período anterior a responsabilização, de forma sutil, o estado é o único a elevar os índices de reprovação, por fim, considerando-se apenas o período a partir da implementação do programa o desempenho do RJ é melhor que os dos demais estados da região sudeste.

Em resumo, para todos os indicadores pode-se considerar que, em primeiro lugar, verifica-se uma relativa estabilização dos resultados escolares do estado ao longo de todo o período observado, principalmente para o indicador de ‘não-aprovação’ e abandono.

Em segundo lugar evidencia-se um pequeno efeito positivo do programa verificável para os indicadores de abandono e ‘não-reprovação’, ao redor dos marcos de início e reinício. Ainda para estes dois indicadores os resultados do estado tendem a piorar se comparados os períodos de *antes* e *durante* a responsabilização, em menor grau para as taxas de ‘não-aprovação’ e em maior grau no caso das taxas de abandono escolar.

E em terceiro lugar, que os resultados do estado para o indicador da reprovação, sustentam a hipótese de um outro pequeno efeito positivo do programa em relação a este indicador, principalmente levando-se em consideração que a trajetória do estado é bem menos vulnerável a partir do marco (2000), ao contrário do que ocorre para praticamente todos os outros estados e para o país, onde os índices de reprovação sobem de forma significativa.

Em relação a todas as observações feitas acima sobre as evidências do fluxo, e sobretudo da proficiência, cabe ressaltar que esta pesquisa não observou de maneira adequada e devida os possíveis efeitos de outras variáveis importantes como, por exemplo, as relacionadas ao nível sócio-econômico e aos bens culturais entre os estudantes da 3ª. série do ensino médio. Esta limitação deixa evidente que todas as observações feitas até aqui podem certamente ser ainda mais ajustadas e aprofundadas. ⁵⁷

⁵⁷ Segundo estudo feito pela Fundação Centro de Informações e Dados do Estado (CIDE) entre 1995 e 2005 o número de alunos da SEE e da rede FAETEC, passou de 232.067 para 606.073, para o presidente da fundação, Ranulfo Vidigal, boa parte dos alunos vem de setores empobrecidos das classes médias. Jornal **O GLOBO**, 8 de novembro de 2006.